

INTRODUÇÃO À TEORIA DA REVOLUÇÃO PERMANENTE

Rui Polly

1- Introdução

Em 1903 a social-democracia russa dividiu-se em duas grandes correntes: mencheviques e bolcheviques. A divisão foi motivada basicamente pela questão da natureza e da estrutura do partido. Aparentemente as divergências entre essas duas correntes paravam por aí.

Mas pouco tempo depois a realidade mostrou que haviam divergências mais profundas, relacionadas à tática revolucionária. A revolução de 1905 trouxe para o terreno prático o confronto entre as diferentes táticas, alargando o fosso entre as duas correntes.

Trotsky, que no Congresso da cisão alinhara-se com os mencheviques contra Lenin na questão do partido, manteve uma posição independente no debate sobre o caráter da revolução russa, distinguindo-se de ambas as correntes.

Em 1905, aos 26 anos, ele foi o grande líder de massas da revolução, tendo sido eleito presidente do soviete de Petrogrado. Em 1906 escreveu, à luz dessa experiência revolucionária, o livro *Balanço e Perspectivas*, no qual fez uma brilhante análise das particularidades históricas da Rússia czarista, extraindo daí as consequências políticas que se cristalizariam na sua teoria da revolução permanente.

Para melhor compreendê-la é necessário que a situemos no contexto da Rússia no início do século XX e, principalmente, da social-democracia russa.

2- Os Mencheviques

Para os mencheviques não havia dúvida de que a revolução russa seria uma revolução burguesa. Num país semi-feudal e de industrialização recentíssima, com um proletariado pequeno e uma população esmagadoramente camponesa, a revolução vindoura só poderia ser burguesa.

Para o marxismo menchevique isso nada mais era do que confirmar o curso natural da evolução histórica, uma vez que a luta pelo socialismo requeria um grau de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas que inexistia na Rússia czarista. Ela só entraria na ordem do dia quando a burguesia estivesse instalada no poder, depois de instaurada a República democrática e realizadas as necessárias reformas democráticas, como a reforma agrária. As etapas históricas deveriam ser cumpridas passo a passo, não poderiam ser "saltadas":

"A revolução vindoura será uma revolução da burguesia, e isso significa que (...) somente irá assegurar, em maior ou menor grau, o domínio de todas ou de algumas classes burguesas (...) Se é assim fica claro que a revolução vindoura não poderá assumir formas políticas que vão contra **a vontade de toda** a classe dos burgueses, uma vez que estes são os senhores de amanhã. Disso se segue que o caminho de **atemorizar** a maioria dos elementos burgueses significaria que a luta revolucionária do proletariado só poderia levar a um único resultado: a restauração do absolutismo em sua forma original (...)." [artigo de Martynov às vésperas da revolução de 1905, citado em T. Cliff, *Deflected Permanent Revolution*]

Assim, na condição de pretendente "natural" ao poder, à burguesia caberia o papel de dirigente da revolução. Nesse caso qual seria o papel destinado aos trabalhadores urbanos e aos socialistas? Dentro do esquema menchevique a eles caberia tão somente o papel de "oposição extrema" dentro do processo revolucionário. Em outras palavras: apoiar a burguesia liberal, pressionando-a pela esquerda para que não vacilasse na sua luta contra o czarismo, mas abrindo mão de qualquer pretensão de dirigir a luta revolucionária e mesmo de qualquer participação dos socialistas e dos trabalhadores no governo burguês que emergisse da revolução vitoriosa.

Quanto ao campesinato, os mencheviques davam pouca importância a essa classe, relegando-a a um plano completamente secundário, de mero apoio à burguesia urbana.

Essa visão era uma reedição histórica - dentro do contexto específico da Rússia - da Revolução Francesa de 1789. Mas como a revolução de 1905 (assim como a de 1917) demonstrou, essa analogia era falsa, pois não havia - e nem poderia haver - na burguesia russa nada que chegasse perto do radicalismo dos jacobinos franceses. Como escreveu Duncan Hallas:

"Não era uma questão de geografia, mas de história. O desenvolvimento do capitalismo industrial e do proletariado moderno tinha transformado a burguesia em todos os lugares, mesmo em países onde a industrialização era embriônica, numa classe conservadora. De fato, a derrota da revolução na Alemanha em 1848-49 havia demonstrado isso bem antes." [*Trotsky's Marxism*]

3- Bolcheviques

A posição dos bolcheviques quanto ao caráter de classe da revolução não era diferente à dos mencheviques. Isso não era de se estranhar, uma vez que a definição do caráter burguês da revolução era praticamente um consenso na social-democracia internacional. Rosa Luxemburgo, por exemplo, escreveu que:

"(...) A revolução russa tem por primeira tarefa a abolição do absolutismo e o estabelecimento de um Estado legal moderno de regime parlamentar burguês." [*Greve de Massas, Partido e Sindicatos*].

Mas apesar dessa premissa comum, as diferenças entre as duas correntes eram bastante profundas.

Em primeiro lugar, os bolcheviques negavam à burguesia liberal qualquer caráter revolucionário:

"(...) os *osvobojdenistas* , isto é, os representantes da burguesia liberal, pretendem ajustar contas com a autocracia suavemente, à maneira reformista, fazendo concessões, sem ofender a aristocracia, a nobreza, a

corde - cautelosamente, sem partir nada, amável e cortesmente, de maneira senhoril, usando luvas brancas (...)" [Lenin, *Duas Táticas da Social Democracia*].

Para Lenin tratava-se de ajustar contas com a autocracia czarista "à maneira plebéia, ou jacobina". Mas na Rússia a burguesia não seria capaz de fazer isso. Os jacobinos da revolução russa seriam, segundo Lenin, os bolcheviques. E apenas "o povo, isto é, o proletariado e o campesinato", poderia acertar contas com a autocracia de maneira revolucionária. Assim, para ele a política menchevique era uma política de capitulação e "seguidismo" à burguesia liberal.

Em segundo lugar, a "vitória decisiva" sobre a autocracia deveria resultar num "governo revolucionário democrático do proletariado e do campesinato":

"(...) Não há mais ninguém que possa obter a vitória decisiva contra o czarismo. (...) Esta vitória será precisamente uma ditadura, isto é, deverá apoiar-se irrestritamente na força das armas, nas massas armadas, na insurreição (...) Só pode ser uma ditadura porque a realização das transformações necessárias para o proletariado e o campesinato provocará uma resistência tanto por parte dos latifundiários como da grande burguesia e do czarismo." [*Duas Táticas...*].

Mas essa ditadura "(...) não deverá ser, naturalmente, uma ditadura socialista, mas democrática. Esta ditadura não poderá tocar (...) os fundamentos do capitalismo. Poderá, no melhor dos casos, efetuar uma redistribuição radical da propriedade da terra a favor dos camponeses, implantar uma democracia consequente e completa indo até a república, extirpar não só da vida do campo mas também da fábrica todos os traços asiáticos, servir, iniciar uma melhoria séria na situação dos operários, elevar o nível de vida e, *last but not least* [por último, mas não menos importante], levar o incêndio revolucionário à Europa". [*ibidem*].

É nesse ponto que emergem as grandes contradições da tática de Lenin. A revolução russa, levada a cabo pelo proletariado e pelo campesinato, resultaria numa ditadura sustentada pela força das armas contra a nobreza e a burguesia. Mas ao mesmo tempo as tarefas do governo revolucionário

permanecem nos limites do programa mínimo, isto é, das tarefas democrático-burguesas.

A chave desta contradição está na caracterização do campesinato, a "esfinge da revolução russa", como definiu Trotsky posteriormente. Lenin atribuía a essa classe uma enorme importância no processo revolucionário russo, chegando a admitir a possibilidade de ela se organizar enquanto partido independente. Assim, na aliança operário-camponesa, o campesinato não aparece como uma classe que é polarizada e "arrastada" pelos trabalhadores urbanos, mas como uma classe com autonomia política na defesa de seus interesses [cf Trotsky, *A Revolução Permanente*].

Também por esse motivo o esquema de Lenin não trabalhava com a perspectiva de um vínculo orgânico entre as tarefas democrático-burguesas e as tarefas socialistas (isto é, expropriação e socialização dos meios de produção). O campesinato, pelo enorme peso que teria no regime (isto é, na "ditadura democrática") e na sociedade, impossibilitaria de imediato o rompimento dos limites da etapa democrática da revolução.

Por fim, vale ressaltar uma outra diferença importante da política bolchevique com relação aos mencheviques. Lenin fala explicitamente em "levar o incêndio revolucionário à Europa". Neste ponto fundamental Lenin está de acordo com Trotsky. A revolução russa era vista como um elo da cadeia da revolução internacional. Os mencheviques, por sua vez, não estabeleciam nenhuma conexão orgânica da revolução russa com o movimento operário europeu [cf Duncan Hallas, *Trotsky's Marxism*].

4. A lei do desenvolvimento desigual e combinado e as classes sociais na Rússia czarista

"O marxismo é antes de tudo um método de análise - de análise, não de textos, mas de relações sociais", escreveu Trotsky em *Balanço e Perspectivas*. Para ele o erro dos mencheviques, principalmente, estava em se preocupar mais em fazer comparações históricas abstratas e descabidas

do que em apreender a particularidade do desenvolvimento histórico russo. "Para esses pedantes", disse, "a história de uma nação capitalista repete a história de outra com algumas divergências mais ou menos importantes". [*A Revolução de 1905*].

A Rússia do início do século era, para Trotsky, uma manifestação singular do que ele denominou mais tarde (no início da década de 30) de "lei do desenvolvimento combinado". Essa lei está na base da teoria da Revolução Permanente.

O ritmo e a velocidade desiguais do desenvolvimento histórico de cada país particular é um fato e uma lei absoluta. Esse ritmo desigual evidencia-se mais claramente nos países atrasados. Estes não se desenvolvem através do mesmo padrão de desenvolvimento dos países capitalistas mais antigos. Precisamente porque o capitalismo é um sistema mundial, esses países retardatários sofrem a pressão e a influência direta dos países mais avançados. A consequência disso é que o seu desenvolvimento se dá aos saltos, "queimando etapas" inteiras que nos países mais avançados haviam levado décadas ou até mesmo séculos para se realizarem. Disso decorre a "(...) **lei do desenvolvimento combinado**, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas.(...) [*História de Revolução Russa*].

Com efeito, a Rússia czarista iniciara a sua industrialização na segunda metade do século XIX, sob pressão direta dos vizinhos europeus ocidentais mais desenvolvidos. Esse processo de industrialização contou com um papel decisivo do Estado que, para "empurrar" a Rússia para adiante, dotou-a de uma sólida infra-estrutura (estradas de ferro, telégrafo, etc.), tendo que recorrer a gigantescos empréstimos dos banqueiros europeus, transformando o camponês russo num "tributário das Bolsas do mundo todo" e vendo-se obrigado a deslocar parte considerável da renda nacional para os cofres dos capitalistas europeus.

Mas uma consequência mais importante foi o enorme peso do capital estrangeiro na indústria russa. Devido à política protecionista adotada pelo czarismo, o capital europeu fez voltar parte de seus lucros à Rússia sob a forma de capital comercial e industrial. Isso resultou na passagem de setores-chave da indústria russa às mãos de capitalistas europeus, como é

exemplo o ramo têxtil, que passou quase que completamente ao domínio do capital britânico.

Isso repercutiu decisivamente no perfil da indústria russa, fazendo com que "os seus principais ramos de produção e os seus principais meios de comunicação ultrapassassem toda uma série de etapas técnicas e econômicas intermediárias, pelas quais tinham sido obrigados a passar os seus países de origem (...)" [*Balanço e Perspectivas*].

"Daí que apesar de sua juventude, a produção em pequena ou média escala não desempenhou nenhum papel significativo. As grandes indústrias e a produção industrial não cresceram de uma maneira "natural" ou orgânica (...)" [*A Revolução de 1905*].

Como resultado a Rússia czarista e semi-feudal apresentava, no início do século, uma indústria moderna e complexa cujo nível de concentração era maior que o de qualquer outro país da Europa. Para efeito de ilustração tomemos as indústrias com mais de 1.000 empregados. Na Alemanha (censo de 1895) haviam 255 dessas fábricas, empregando um total de 562,6 mil operários, 10% de todo o proletariado industrial alemão (5.612.400 operários). Na Rússia (censo de 1902) haviam 302 empresas desse porte, empregando 710,2 mil operários, 38,5% de todo o proletariado industrial russo (2.351.100) [dados extraídos de *A Revolução de 1905*].

A particularidade do desenvolvimento econômico russo determinou decisivamente o caráter social e a fisionomia política da burguesia e do proletariado russos.

A burguesia russa nascera débil, social e politicamente. O elevadíssimo nível de concentração industrial nas cidades, por si só, era a expressão da composição social urbana. Entre a burguesia e o proletariado quase não havia uma pequena burguesia que servisse de apoio à burguesia, o que a debilitava politicamente diante do numeroso proletariado.

Além disso a burguesia nativa russa nascera e crescera irremediavelmente enredada nas malhas das contradições de classe. O seu anti-tzarismo ia até o limite da sua dependência com relação ao Estado e ao militarismo. É verdade que estava (a burguesia russa) interessada em uma "firme regulamentação do direito", mas tinha uma necessidade ainda maior do

poder de Estado fortemente concentrado, "grande distribuidor de subvenções" [*A Revolução de 1905*].

Também era profundamente dependente do capital financeiro europeu, de cujos empréstimos necessitava. Isso significava, sobretudo, que a burguesia russa estava umbilicalmente atada a uma classe que "internacionalmente já não alimentava qualquer aspiração revolucionária" [John Molyneux, *Trotsky's Theory of Revolution*], e que tinha interesse menor ainda numa revolução na Rússia, uma vez que isso poria em risco seus interesses.

Todos esses fatores estavam na base da covardia e da incapacidade política da burguesia russa em levar adiante qualquer luta consequente contra o tzarismo. Além do mais:

"A incapacidade política da burguesia era diretamente determinada pelo caráter de suas relações com o proletariado e os camponeses. Não era possível arrastar consigo os operários que a ela se opunham rancorosamente na vida cotidiana (...) Por outro lado a burguesia era igualmente incapaz de arrastar a classe camponesa porque estava enredada nas malhas de interesses com os proprietários de terras e porque temia um abalo da propriedade sob qualquer forma em que se apresentasse." [*História da Revolução Russa*].

Portanto era inconcebível atribuir à burguesia russa qualquer papel revolucionário. Pelo contrário, para Trotsky a revolução deveria ser necessariamente contra ela. A particularidade histórica da Rússia colocava, no fundo, uma contradição peculiar: "uma revolução "burguesa" sem burguesia revolucionária" [*Revolução de 1905*].

Restavam ainda duas outras classes que tinham interesse direto numa revolução: o campesinato e o proletariado.

O campesinato era, sem dúvida, a classe mais numerosa do país. E também estava no campo uma das - senão a mais - prementes tarefas colocadas para a revolução, a reforma agrária.

Mas para Trotsky o campesinato russo não poderia ser a classe dirigente da revolução. Nesta questão ele concordava plenamente com Marx

que, ao se referir ao campesinato francês, assinalara a sua incapacidade de "fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome. (...) Não podem representar-se, têm que ser representados." As razões dessa incapacidade foram expostas pelo próprio Marx:

"Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo. (...) Cada família camponesa é quase auto-suficiente; ela própria produz inteiramente a maior parte do que consome, adquirindo assim os meios de subsistência mais através de trocas com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Uma pequena propriedade, um camponês e sua família; ao lado deles outra pequena propriedade, outro camponês e outra família. Algumas dezenas delas constituem uma aldeia e algumas dezenas de aldeias constituem um departamento. (...) Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam uma das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe".[O 18 Brumário de Luís Bonaparte]

A profunda dispersão social do campesinato, as suas diferenciações sociais internas, impossibilitavam-no de assumir um papel político independente. Além disso, argumentou Trotsky, o capitalismo havia subordinado historicamente, em escala mundial, a agricultura ao capital, o campo à cidade. E isso se expressava no fato de que já desde o século XVI as revoluções camponesas sempre se subordinaram politicamente aos partidos urbanos. Não haveria de ser diferente na Rússia: o campesinato haveria de seguir ou a burguesia ou o proletariado.

É importante ver aqui que a posição de Trotsky sobre o campesinato derivava de uma análise histórica e política concreta dessa classe, e não de qualquer subestimação ou desprezo com relação aos camponeses como afirmou durante décadas a propaganda stalinista.

Para Trotsky era fato evidente que a única classe que poderia dirigir a revolução russa, trazendo atrás de si o campesinato, era o proletariado urbano.

Os mencheviques acusaram Trotsky de superestimar a força do proletariado russo. De fato era um proletariado pequeno, mas que apresentava um nível de concentração extraordinário, o que significava, por outro lado, que era uma classe dotada de excepcional força. Mas o desenvolvimento combinado não apenas concentrou o proletariado:

"É preciso notar que o proletariado russo se formou não paulatinamente, no decurso dos séculos, arrastando o enorme fardo do passado, como na Inglaterra, mas sim aos saltos, por meio de transformações bruscas das situações (...) e, ainda por meio de rupturas violentas com tudo o que, na véspera, existia. Foi precisamente assim - sobretudo durante o regime de opressão concentrada do tzarismo - que os operários russos puderam assimilar as deduções mais ousadas do pensamento revolucionário da mesma forma que a retardatária indústria russa era capaz de compreender a última conquista da organização capitalista." [*História da Revolução Russa*]

E como assinalou Tony Cliff:

"A jovem classe operária russa não era somente mais forte materialmente do que os seus equivalentes na França e na Alemanha durante suas revoluções, mas também o era espiritualmente. Novamente o impacto do fator internacional é decisivo nesse caso. Em suas aspirações a classe operária russa saltou toda uma série de estágios que o proletariado inglês, por exemplo, teve que passar. Na Grã-Bretanha levou um século após a Revolução Industrial para que a idéia da jornada de 8 horas diárias dominasse as aspirações dos trabalhadores, enquanto que a jovem classe operária russa assumiu-a firmemente já nos seus primeiros passos. Na Grã-Bretanha levou 91 anos para que um sindicato permitisse mulheres, na Rússia os sindicatos incluíam mulheres desde o início (...)" [Tony Cliff, *Trotsky: Towards October 1897-1917*].

De fato, embora jovem, o proletariado russo não só demonstrou sua precocidade como também uma incrível energia e criatividade revolucionárias manifestadas já nas tempestuosas greves de massas desencadeadas pelos operários russos em 1905, inaugurando historicamente a forma de luta que

Rosa Luxemburgo definiu como "forma universal de luta das classes proletárias".

Também em 1905, a jovem classe operária russa criou os sovietes, os primeiros conselhos operários da história da humanidade, expressão mais elevada da auto-organização operária e órgãos embrionários de poder operário.

A revolução de 1905 demonstrara na prática não só a força política do proletariado, como também a covardia da burguesia liberal e a incapacidade de uma política independente pelo campesinato. Mesmo diante de tais evidências os mencheviques preferiram manter-se fiéis ao seu velho esquema político. Lenin e os bolcheviques permaneceram na defesa de sua tática ambígua. Trotsky, que desempenhara um papel relevante na revolução de 1905, soube extrair as lições da experiência revolucionária e aperfeiçoou a teoria que havia começado a desenvolver desde 1904.

5- A Revolução Permanente

"Se a revolução trazer uma vitória decisiva, o poder passará para a classe que tomar o papel dirigente na luta, por outros termos, a classe operária". [*Balanço e Perspectivas*].

Com essas palavras Trotsky tocava no ponto central da divergência com os bolcheviques: a questão da natureza do poder que emergiria da revolução vitoriosa. Afinal, dizia ele, "todo o problema reside nisto: **quem determinará o conteúdo da política governamental, quem formará no seu seio uma maioria estável?**" [*Balanço e Perspectivas*].

Para Trotsky o problema situava-se na hegemonia de classe do governo revolucionário. Ele não advogava um governo composto apenas por operários. Seria, nas condições da Rússia, um governo composto por operários e camponeses, **mas com clara hegemonia operária**. E nesse sentido é que esse governo seria um **governo operário**.

Mas a diferença da posição de Trotsky em relação à fórmula de Lenin não parava por aí. Os bolcheviques, afirmou Trotsky, "só visualizavam a luta

de classes do proletariado até o momento do triunfo da revolução, depois do qual a enxergam temporariamente dissolvida na coalizão "democrática" para tornar a reaparecer em sua forma pura - desta vez como uma luta direta pelo socialismo - só depois do estabelecimento definitivo de um sistema republicano" [*Nossas Diferenças*].

Para ele, ao contrário do que afirmavam os bolcheviques,

"Uma vez que o proletariado tenha tomado o poder, lutará por este até o fim. E se é verdade que, nesta luta para manter e consolidar o seu poder, terá que recorrer, especialmente no campo, à arma da agitação e da organização, não poderá deixar de recorrer também à outra arma que constitui para ele a política coletivista. O coletivismo não será apenas a única via pela qual o partido no poder poderá avançar na posição que será a sua, mas também o meio de defender esta posição com o apoio do proletariado." [*Balanço e Perspectivas*]

Dessa forma o proletariado no poder não deveria permanecer nos limites do programa mínimo, nem se "auto-limitar" a ele como defendiam os bolcheviques. Ao invés disso os trabalhadores deveriam necessariamente buscar ir além do programa mínimo.

A definição abstrata de "revolução burguesa", portanto, não tinha sentido. As tarefas imediatas postas à revolução indicavam, com efeito, o seu caráter "burguês". Mas quem as realizaria seria o proletariado que, uma vez no poder, não se deteria - e nem poderia se deter - nelas, mas avançaria para a implementação de medidas anti-capitalistas.

De qualquer modo, a principal objeção que seus adversários lhe apresentavam estava relacionada ao peso social predominante do campesinato, o que seria o principal fator de limitação da revolução. De fato, a indústria moderna concentrada nas cidades era como uma ilha cercada pelo mar de atraso rural. Ilhas do século XX no meio de um mar do século XVI !

Com relação a isso Trotsky estava bem consciente de que, embora inicialmente todo o campesinato fosse apoiar a abolição do feudalismo, surgiriam contradições tão logo o governo tomasse medidas de caráter proletário, como - por exemplo - medidas de proteção ao proletariado agrícola.

"O proletariado será obrigado a levar a luta de classe à aldeia e a destruir, desta maneira, a comunidade de interesses que existem incontestavelmente entre os camponeses (...) Imediatamente após a tomada do poder, o proletariado terá de procurar o apoio nos antagonismos entre a aldeia pobre e a aldeia rica, assim como entre o proletariado agrícola e a burguesia agrícola (...)" [*Balanço e Perspectivas*].

Mas mesmo assim, Trotsky reconhecia que "quanto mais a política do proletariado se mostrar precisa e resoluta, mais o terreno diminuirá e se tornará perigoso sob seus passos" [*ibidem*].

A sua resposta a esse dilema estava na afirmação da **absoluta necessidade de internacionalização da revolução:**

"Deixada com os seus próprios recursos, a classe operária russa será inevitavelmente esmagada pela contra-revolução desde que o campesinato se afaste dela; só terá a possibilidade de ligar a sorte do seu poder político e, por consequência, a sorte de toda a revolução russa, à da revolução socialista na Europa; lançará na balança da luta de classes de todo o mundo capitalista o enorme peso político e estatal que lhe terá dado um momentâneo concurso de circunstâncias na revolução burguesa russa". [*ibidem*].

A teoria da Revolução Permanente tem, portanto, como ponto de partida o caráter internacionalmente integrado do capitalismo e termina, numa espiral dialética, na revolução proletária mundial.

Para efeito de síntese, é interessante reproduzir um brilhante resumo da teoria, contido no prefácio de Trotsky à edição russa de 1922 do livro "A Revolução de 1905":

"Foi precisamente durante o intervalo transcorrido entre 9 de janeiro e a greve de outubro de 1905 que esses pontos de vista - posteriormente conhecidos como a teoria da "Revolução Permanente" - amadureceram na mente do autor. Esta expressão um tanto presunçosa, revolução permanente, pretende indicar que a revolução russa, embora diretamente relacionada com propósitos burgueses, não podia deter-se em tais objetivos: a revolução não resolveria suas tarefas burguesas imediatas sem o acesso do proletariado ao poder, e o proletariado, uma vez que tivesse o poder em suas mãos, não poderia permanecer confinado dentro do modelo burguês da revolução. Pelo

contrário, precisamente com o objetivo de garantir sua vitória a vanguarda proletária - nos primeiros estágios de seu governo - teria que fazer incursões extremamente profundas não apenas nas relações de propriedade feudal, como também nas da propriedade burguesa. Ao fazer isso não apenas estaria em conflito com todos aqueles grupos burgueses que a tinham apoiado durante as primeiras etapas da luta revolucionária, mas também com as grandes massas do campesinato, cuja colaboração teria levado o proletariado ao poder.

As contradições entre um governo dos trabalhadores e uma esmagadora maioria de camponeses num país atrasado só poderiam ser resolvidas em escala internacional, nos limites de uma revolução mundial. Uma vez superadas as estreitas fronteiras democrático-burguesas da revolução russa - em virtude da necessidade histórica - o proletariado vitorioso se veria obrigado a superar suas finalidades nacionais, de maneira tal que teria que lutar conscientemente para que a revolução russa se transformasse no prólogo de uma revolução mundial".

6- A Teoria da Revolução Permanente e a

Revolução Russa de 1917

Quando Lenin divulgou as suas "Teses de Abril", logo após a revolução de fevereiro que derrubara o czar e instalara o poder dual (governo provisório burguês de um lado e soviets de deputados operários, soldados e camponeses de outro), lançando a palavra de ordem de "Todo o poder aos soviets!" , a reação geral foi de perplexidade, e não faltou quem o chamasse de "trotskista". E, de fato, não havia dúvidas de que Lenin havia se aproximado, de forma incontestável, das posições de Trotsky.

Após um mês de luta interna Lenin conquistou a militância bolchevique para as suas "Teses de Abril", rearmando o partido para a luta revolucionária e dando um passo decisivo para a vitória do proletariado poucos meses depois.

A revolução de outubro foi a grande comprovação histórica da teoria da Revolução Permanente. E comprovou-a não só porque o poder havia passado

às mãos do proletariado na atrasada Rússia. Mas cada elemento da sua teoria se mostrou correto. A burguesia liberal, no governo provisório, demonstrou o seu caráter irremediavelmente reacionário e covarde, sem conseguir levar adiante as tarefas democráticas da revolução russa, principalmente a reforma agrária. Foi a ditadura do proletariado que as realizou.

O campesinato também demonstrou a sua incapacidade de assumir uma política independente na defesa de seus interesses. É verdade que os camponeses tinham um partido próprio, o partido social-revolucionário. Mas mesmo esse fato comprovou a justeza das análises de Trotsky. O partido social-revolucionário era, de longe, o maior partido da Rússia. Mas mesmo como partido refletia as características da classe que representava: não tinha uma política independente, oscilava entre os burgueses e o proletariado. Assim é que terminou por se dividir em duas facções: os social-revolucionários de direita, que apoiaram os mencheviques e sua política seguidista de apoio ao governo provisório, e os social-revolucionários de esquerda, que apoiaram os bolcheviques e a revolução proletária de outubro [cf. Molyneux, *Trotsky's Theory of Revolution*].

E o curso dos acontecimentos, com a intervenção decisiva do partido bolchevique (ao qual Trotsky aderira após seu retorno à Rússia), demonstrou que apenas o proletariado poderia levar às últimas consequências o processo revolucionário que fora deflagrado em fevereiro.

Quanto ao último aspecto da "teoria da Revolução Permanente" - o da impossibilidade da revolução russa sobreviver sem uma revolução vitoriosa na Europa - também foi comprovado pelo curso dos acontecimentos. Não de modo positivo, é verdade. A derrota da revolução na Europa abriria, anos depois, o caminho para a vitória da contra-revolução stalinista na Rússia soviética.

7- A Teoria da Revolução Permanente e a

Ascensão da Burocracia Stalinista

Não foi gratuito o fato de que, após a morte de Lenin, Stalin tenha iniciado o seu ataque à revolução justamente pela crítica da teoria da Revolução Permanente e pela defesa da teoria do "socialismo num só país".

Nem Lenin nem Trotsky viam qualquer possibilidade de sobrevivência da revolução russa, caso não se seguisse uma revolução vitoriosa no plano internacional, especialmente na Europa. Lenin jamais deixara dúvida quanto à essa questão. No VII Congresso do partido bolchevique (março de 1918), por exemplo, ele havia afirmado:

"Não há a menor dúvida de que a vitória final de nossa revolução seria coisa perdida se nos quedássemos sós, se não houvesse movimento revolucionário em outros países (...) Nossa salvação com respeito a todas essas dificuldades, repito, está na revolução em toda a Europa".

As expectativas dos bolcheviques quanto à deflagração de uma onda revolucionária na Europa mostraram ser realistas. Os anos seguintes à revolução de 1917 viram os países europeus serem varridos por movimentos revolucionários que derrubaram dois impérios (o alemão e o austríaco), criaram várias e preciosas oportunidades de conquista de poder pelos trabalhadores, e que chegaram mesmo a resultar na instauração de duas breves Repúblicas de Conselhos Operários (na Baviera e na Hungria). Mas o fato é que o proletariado europeu foi derrotado cruelmente, em grande parte devido à inexperiência e aos erros (muitas vezes catastróficos) das jovens organizações da recém-fundada III Internacional, bem como a decisiva intervenção de Stalin no "outubro alemão" de 1923.. Com isso o capitalismo conseguiu, pelo menos momentaneamente, recuperar-se e dar um fôlego à burguesia na Europa.

A Rússia soviética, por seu turno, enfrentava uma situação calamitosa. O período de guerra civil aprofundara as mazelas que a guerra havia trazido, elevando espantosamente a miséria das massas, assoladas pela fome e por epidemias, causando um virtual colapso da indústria, cuja produção havia descido a 13% do nível de 1913, trazendo sacrifícios gigantescos ao proletariado urbano, dizimado pelas doenças e pela guerra civil (a população de Petrogrado, que era de 2,5 milhões em 1917, havia caído para 574 mil em agosto de 1920).

No quadro das relações de classe e de poder as mudanças também haviam sido muitas. A aliança operário-camponesa estava em processo de franca deterioração, os soviets estavam esvaziados, o partido bolchevique havia se tornado um virtual partido único no controle do aparelho estatal, a democracia nas instituições soviéticas e no partido bolchevique havia

degenerado numa crescente centralização burocrática. A Rússia pós-guerra civil e pós-"comunismo de guerra" era uma sociedade exaurida. Os bolcheviques buscaram amainar essa situação através de um recuo tático, instaurando a "Nova Política Econômica"(NEP) que buscava incentivar e ampliar a produção agrícola, restituir o mercado e restaurar a papel-moeda, para abastecer as cidades, aplacar a fome generalizada que assolava o país e, conseqüentemente, aliviar as tensões sociais bem como reconquistar o apoio do campesinato.

A NEP trouxe um certo alívio a esse quadro, mas trouxe também outras contradições à tona, não menos sérias: o fortalecimento dos camponeses ricos e médios, dos técnicos de extração burguesa, da pequena burguesia urbana. Contudo, se a NEP era um recuo tático necessário, correto naquele momento, havia o risco de que essas contradições se transformassem em perigos e problemas de alcance estratégico. E esse recuo tático só podia se concretizar, e só tinha validade, na condição de proporcionar uma sobrevida à revolução até que surgisse uma nova oportunidade revolucionária na Europa.

As contradições e os dilemas com as quais se defrontava a revolução se expressaram de forma cabal na luta interna que se seguiu no partido, entre o grupo aglutinado em torno de Stalin e a Oposição de Esquerda, cujo principal expoente era Trotsky. Stalin, além do amplo poder que concentrara em suas mãos, havia modificado a seu favor a composição do partido, através do recrutamento massivo realizado após a morte de Lenin, incorporando milhares de burocratas, técnicos, elementos da pequena burguesia enriquecida, camponeses médios e ricos e ex-mencheviques e social-revolucionários. A sua ofensiva ideológica era a expressão da ofensiva da burocracia partidária-estatal em aliança com os setores médios hostis à revolução. A sua teoria da possibilidade de construir o "socialismo num só país" coadunava-se plenamente a esses objetivos e interesses, uma vez que significava a manutenção dos privilégios concedidos aos burocratas, às camadas médias urbanas, aos camponeses ricos.

Foi em 1924, num artigo contra Trotsky, que Stalin apresentou a teoria pela primeira vez. Dali em diante essa teoria passou a se tornar a marca registrada de sua política, e Stalin não vacilou em utilizar frequentemente frases extraídas de textos de Lenin como argumentos de autoridade. Por exemplo, em *A História do PCUS*, editado sob os seus auspícios, está citado o

seguinte trecho de Lenin, pinçado do artigo *Sobre a Consígnia dos Estados Unidos da Europa* :

"(...)a desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo. Daí se deduz que é possível que a vitória do socialismo comece por uns quantos países socialistas, inclusive por um só socialista".

Mas o livro omite as linhas que se seguem imediatamente:

"O proletariado vitorioso desse país, depois de expropriar os capitalistas e organizar a produção socialista dentro de suas próprias fronteiras, se enfrentaria com o resto dos demais países, levantando neles a insurreição contra os capitalistas, atraindo para seu lado as classes oprimidas, empregando, caso seja necessário, inclusive a força das armas contra as classes exploradoras e seus Estados".

E o seu apelo junto às massas era também forte, pois apontava uma política que abdicava de qualquer luta pela revolução internacional, acenando com um período de paz à população exaurida por anos a fio de guerra.

A derrota de Trotsky e a vitória da teoria do "socialismo num só país" significou o primeiro grande momento da vitória da burocracia stalinista e da contra-revolução, que consumir-se-ia tempos depois com a coletivização forçada e a industrialização acelerada dos planos quinquenais, a consolidação da burocracia como classe dominante e a instauração de uma das piores ditaduras terroristas que a história já conheceu.

Mas as consequências no plano internacional não foram menores. A teoria do "socialismo num só país" significou a degenerescência da Internacional Comunista e das suas seções, deixando de ser instrumentos da revolução proletária mundial para se tornarem dóceis instrumentos de "defesa da pátria socialista", ou seja, de defesa do "socialismo num só país". No plano internacional a vitória do stalinismo significou a vitória da contra-revolução e um recuo sem precedentes para a luta revolucionária do proletariado.

8- A Revolução Chinesa de 1925-27

e a Teoria da Revolução Permanente

Escudado sob a mística que ele mesmo ajudara a criar em torno de Lenin, Stalin tentou justificar teoricamente a possibilidade de se construir o "socialismo num só país". E para isso teve que realizar uma "reinterpretação" da história da revolução russa, esquematizando-a e dividindo-a em etapas históricas distintas entre si. Assim a política da "ditadura democrática" teria sido correta desde a época em que havia sido formulada até o ano de 1917. A partir de fevereiro a revolução teria entrado numa nova "etapa", quando a tática (até então correta) da "ditadura democrática" teria passado a não corresponder mais às exigências da "nova" realidade conjuntural, tendo sido substituída pela nova tática expressa nas "Teses de Abril". Não teria havido, portanto, ruptura alguma na tática de Lenin e dos bolcheviques. É claro que Stalin "esqueceu-se" de dizer que após a revolução de fevereiro, quando estava na direção do *Pravda* em Petrogrado, defendera, junto com Kamenev, contra a posição de Lenin, a política de "apoio crítico" ao governo provisório. Mas o que é importante notar é que para poder justificar a sua teoria do "socialismo num só país", Stalin teve que resgatar e "reabilitar" a velha tática da "ditadura democrática", sistematizando-a numa teoria etapista de revolução, a qual viria tornar-se a pedra de toque da estratégia e da tática dos PCs do mundo todo, em sintonia com a defesa da "teoria" do socialismo nacional.

Isso pode ser comprovado já nos anos da luta interna após a morte de Lenin, quando um evento de grande importância ocorreu: a revolução chinesa de 1925-27. As disputas entre Stalin e Trotsky em torno da revolução chinesa foram fundamentais.

A executiva da III Internacional, sob domínio de Stalin, defendia que o caráter da revolução na China, um país "colonial" e "semi-feudal", era democrático-burguesa, devendo resultar numa "ditadura democrática do proletariado e do campesinato".

Por intervenção da Executiva da III I.C., desde 1922 o recém-formado Partido Comunista Chinês havia entrado para o Kuomintang, partido burguês nacionalista fundado por Sun-Yat-Sen e dirigido por Chiang-Kai-Chek. Para Stalin e seus seguidores o Kuomintang deveria ter o papel dirigente na

revolução chinesa, com o apoio do proletariado e do campesinato. Para se ter uma idéia de como Stalin prezava este partido basta dizer que no início de 1926 o Kuomintang foi admitido na Internacional na condição de partido simpatizante! Mas o mais impressionante é que para justificar o seu apoio irrestrito ao Kuomintang, o qual não era de fato um partido camponês no sentido estrito, Stalin e seus asseclas argumentavam que este era na verdade um partido multi-classista, um "bloco de 4 classes" (burguesia, pequena burguesia urbana, operários e camponeses).

Para encurtar a análise da tática de Stalin para a revolução chinesa, vamos reproduzir um trecho de um discurso que o mesmo proferiu em 1927 no plenário do Comitê Central do partido bolchevique:

"(...) Quais são as etapas da revolução chinesa? A meu ver são três: a primeira é a da revolução da frente única nacional (...) a segunda etapa é a da revolução democrático-burguesa (...) a terceira etapa é a da revolução soviética, à qual não se chegou, mas se chegará." { *O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial*].

Os próprios acontecimentos já haviam demonstrado a necessidade da independência política do proletariado e o caráter proletário que a revolução chinesa deveria assumir. No processo revolucionário chinês de 1925-27 o elemento ativo nas lutas contra os mandarins e os latifundiários chineses fora o proletariado urbano que se lançara em grandes ações de massas. O PC chinês, como resultado disso, era um partido fortemente enraizado nas grandes concentrações urbanas, com uma composição fundamentalmente proletária. No começo do ano de 1925 o PC contava com apenas 900 ativistas. Em novembro o número de militantes passou para 10 mil. Em julho de 1926, 30 mil. E em abril de 1927, contando com os efetivos da Juventude Comunista, o PC contava com 100 mil militantes. O PC chinês dirigia e inspirava levantes de massas, consolidando-se enquanto a autêntica direção política dos trabalhadores chineses. Mas isso conflitava diretamente com a política de aliança com o Kuomintang e com a perspectiva de uma revolução dirigida pela burguesia. O temor de Chiang-Kai-Chek diante da radicalização operária e da ascensão do PCC manifestou-se nas várias oportunidades em que, durante aqueles anos, proibiu greves, reprimiu manifestações e fechou sindicatos. Mas a despeito disso a I.C. dirigida por Stalin continuava preconizando a unidade com o Kuomintang e detectava na seção chinesa "desvios esquerdistas".

Por fim, a gota d'água veio na primavera de 1927, quando Chiang-Kai-Chek, ainda membro honorário da Executiva da Internacional, desferiu um golpe impiedoso contra os trabalhadores de Xangai, massacrando dezenas de milhares de comunistas e trabalhadores.

A falência da política stalinista era mais que evidente. Ela havia sido demonstrada com o sangue vertido pela classe operária chinesa sob os golpes do aliado de Stalin e membro honorário da III Internacional.

Trotsky se colocara, desde o início, contra a política stalinista, tendo se oposto à entrada do PCC no Kuomintang, defendendo a organização independente dos comunistas chineses. Mas, apesar de suas divergências de fundo, aceitara inicialmente a palavra de ordem de "ditadura democrática do proletariado e do campesinato" da I.C dirigida por Stalin. Mesmo pouco antes do massacre, ele escrevia:

"Que a revolução chinesa, neste estágio, é nacional-democrática, isto é, burguesa, é elementar para todos nós." [*On China*].

Mas o fato é que, independentemente da caracterização formal da revolução chinesa, Trotsky defendeu em todos os momentos a independência política do proletariado chinês, e defendia a necessidade imediata de construção de soviets na China.

Os escritos de Trotsky, durante esse período, demonstram que as suas críticas à política de Stalin estavam marcados pela pressão da luta fracional no partido russo, e "por essa razão ele nem se declarou publicamente pela saída imediata do PCC do Kuomintang (embora defendesse isso com força), e nem colocou a perspectiva da revolução permanente antes do golpe de Chiang-Kai-Chek". [J. Molyneux, *Trotsky's Theory of Revolution*].

Mas, finalmente, em fevereiro de 1927, Trotsky declarou que a "revolução chinesa em seu novo estágio vencerá como uma revolução proletária ou não vencerá".

Pela primeira vez Trotsky estendia a teoria da Revolução Permanente a um outro país. A partir da análise da revolução chinesa com suas trágicas lições, ele realizou uma reavaliação da sua teoria da Revolução Permanente, transpondo sua validade para fora das particularidades nacionais russas,

transformando-a numa teoria de validade internacional. Como observou Molyneux:

"Isso significava uma ruptura com a idéia da burguesia como "força progressista" em qualquer lugar do mundo, e com a teoria da revolução por estágios, a qual levou (e ainda leva) pretensos revolucionários a frearem artificialmente o desenvolvimento de revoluções em nome de seu necessário estágio burguês. Isso significava que o marxismo, no sentido não somente de um método de análise, mas como um programa da revolução socialista havia se tornado pela primeira vez em uma teoria verdadeiramente internacional, mundial." [cf *Trotsky's Theory of Revolution*].

9.O lugar da teoria da revolução permanente no marxismo

e as revoluções permanentes desviadas

Como vimos, a noção de que a revolução russa seria burguesa e que, portanto, não poderia transcender os limites das tarefas democráticas, era praticamente um consenso na social-democracia internacional.

Para o marxismo da II Internacional isso correspondia fielmente à concepção materialista da história legada por Marx e Engels. Afinal o próprio Marx escreva escrito as seguintes linhas:

"(...) Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. Por isso a humanidade se propõe sempre apenas os objetivos que pode alcançar, pois, bem vistas as coisas, vemos sempre que esses objetivos só brotam quando já existem ou, pelo menos, estão em gestação as condições materiais para a sua realização." [Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*]

(...)Uma nação pode e deve extrair ensinamentos da história de outra nação. Mesmo no caso em que uma sociedade tenha chegado a descobrir a pista da

lei natural que preside o seu movimento (...) ela não pode saltar nem suprimir por decreto as suas fases naturais de desenvolvimento; mas pode abreviar o período da gestação e tornar menos doloroso o parto." [Prefácio à primeira edição de *O Capital*]

Até hoje os opositores da teoria da revolução permanente recorrem a essas citações para "demonstrar" que a teoria contradiz os postulados básicos do marxismo. Mas da mesma forma que os dirigentes da II Internacional, eles se limitam a uma leitura unilateral e mecânica de Marx. Para eles a revolução russa de 1917 não passou de uma "anomalia" ocorrida num contexto histórico-social "imaturo", marcado por um atraso econômico e cultural que impossibilitaria qualquer perspectiva além das tarefas democrático-burguesas.

Mas a pedra angular do método marxista, como assinalou Lukács, é a perspectiva da totalidade. E, coerente com isso, a "maturidade" da Rússia de 1917 para a revolução deve ser questionada não tomando o país de modo isolado, mas dentro do contexto do desenvolvimento mundial do capitalismo e da luta de classes. A resposta é clara: a Rússia era o "elo mais débil" dentro de um sistema capitalista mundial que estava prenhe de revolução, como o demonstrou o incêndio revolucionário que se seguiu na Europa após a revolução de outubro na Rússia.

O próprio Marx, indagado pelos populistas russos sobre a possibilidade de a Rússia "saltar" a etapa do desenvolvimento capitalista, passando diretamente para o comunismo sobre a base das comunas camponesas, respondeu da seguinte forma:

"A única resposta que hoje se pode dar a esta pergunta é a seguinte: se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se complementem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista" (prefácio de 1882 de *O Manifesto Comunista*).

Porém, o mérito de Trotsky não é o de simplesmente haver sido "fiel" ao método de Marx. A teoria da revolução permanente é uma contribuição notável ao marxismo por seu caráter inovador, ao proporcionar uma nova teoria, sistematizada e coerente, sobre a natureza desigual e combinada do desenvolvimento capitalista e da luta de classes em escala mundial e,

principalmente, por suas consequências no plano da estratégia e da tática revolucionárias. Nesse sentido, ela ocupa um lugar de honra no desenvolvimento do marxismo, ao lado de outras contribuições fundamentais como as análises da greve de massas de Rosa Luxemburgo ou as inovações de Lenin no tocante ao partido revolucionário.

Entretanto, algumas das formulações feitas por Trotsky carecem de uma análise crítica mais detalhada, pois apesar de sua teoria ter passado, em sua essência, pelo teste da história, alguns aspectos de sua teoria foram negados pelo menos parcialmente, por vários eventos que ocorreram nos últimos 50 anos.

Estamos falando das várias revoluções populares, "anti-coloniais", ou "anti-imperialistas" que pontilharam nas últimas décadas principalmente pela Ásia, África e América Latina. São os casos das revoluções na China, no Vietnã, Albânia, Cuba, etc.

Podemos distinguir um padrão comum em todas essas revoluções, um padrão que foge àquele estabelecido por Trotsky em sua teoria. Foram revoluções em que o papel desempenhado pelo proletariado foi mínimo, mas que tampouco foram revoluções dirigidas pela burguesia ou pelo campesinato.

O caso da revolução chinesa de 1949, dirigida por Mao Tsé Tung, é, nesse sentido, paradigmático. Quando ela ocorreu as reações foram várias, principalmente no trotskismo ortodoxo. Muitos teorizaram acerca de uma "revolução permanente inconsciente". Outros, como no caso do SWP norte-americano, negavam que qualquer mudança tivesse tido lugar.

Isso expressava a perplexidade diante de uma revolução em que o proletariado urbano não havia assumido nenhum papel relevante, contrariando as afirmações de Trotsky. O PCC, desde o massacre de 1927, havia se dirigido para os lugares mais remotos e atrasados do país, deslocando o seu enraizamento do proletariado urbano para as massas camponesas. O PCC, bem como o Exército de Libertação, à época da revolução de 1949 era composto por uma maioria absolutamente esmagadora de camponeses. Seus métodos de luta já não eram as greves e as ações de massa, mas a guerra de guerrilhas.

As ligações do PCC com o proletariado urbano não existiam sequer politicamente. Durante a revolução, quando as forças do PCC se aproximaram de grandes cidades como Xangai, Mao Tsé Tung expediu uma ordem clara:

"(...)trabalhadores e empregados de todos os ofícios continuarão a trabalhar e os negócios continuarão normalmente... funcionários do Kuomintang... de vários níveis... e pessoal da polícia devem permanecer em seus postos e obedecer às ordens do Exército de Libertação Popular e do Governo do Povo". [citado em *Deflected Permanent Revolution*].

Uma das premissas básicas da Revolução Permanente é de que a burguesia, nos países atrasados (como nos avançados também), é incapaz de levar adiante uma revolução democrática. Isso se comprovou no caso chinês. Também a tese de que o campesinato não é capaz de uma política independente e, portanto, de dirigir uma revolução, não foi refutada, mas provou ser correta. Mas a tese de que só o proletariado poderia dirigir o campesinato e a pequena burguesia urbana na luta revolucionária, e de que uma revolução democrática só poderia ocorrer com o proletariado na direção da luta, mostraram-se incorretas.

E, no entanto, a revolução chinesa foi uma revolução genuína, na qual todas as grandes reivindicações democráticas - com a exceção da liberdade política - foram conquistadas.

Mas se não foi nem a burguesia, nem o campesinato e nem o proletariado, quem dirigiu a revolução? O campesinato foi, sem dúvida, a força social principal, mas não a classe política e ideologicamente dirigente. A direção política e ideológica estava nas mãos da *intelligentsia* oriunda das camadas médias urbanas.

Tony Cliff classificou a revolução chinesa e as outras revoluções similares (o padrão é o mesmo) como "revoluções permanentes desviadas".

O que decorre da análise dessas "revoluções permanentes desviadas" é o fato de que, em primeiro lugar, algumas das afirmações de Trotsky devem ser compreendidas cuidadosamente, sem considerá-las como "leis" absolutas e inexoráveis. O padrão dessas revoluções mostra que, de fato, a burguesia não pode, em hipótese alguma, ser considerada uma classe capaz de levar adiante qualquer combate revolucionário ao imperialismo ou por outras

tarefas democráticas (a reforma agrária, por exemplo). Também comprova o fato de que o campesinato enquanto classe é incapaz de uma ação política independente. Essas duas premissas, que estão entre as fundamentais na teoria da Revolução Permanente, foram e tem sido comprovadas sucessivamente pela história. Mas uma outra premissa fundamental, que afirma categoricamente que **só** o proletariado pode dirigir a revolução, em aliança com o campesinato, nos países atrasados, demonstrou estar equivocada. Isso está claro na grande maioria das revoluções que citamos acima. Um outro setor social, o da *intelligentsia* de classe média, como foi o caso das revoluções cubana e chinesa, pode - coesionando em torno de si o campesinato e a pequena burguesia - se constituir num agente político capaz de liderar uma revolução. E isso se deve a vários fatores, como por exemplo, o papel que desempenha, em países atrasados, a *intelligentsia*, as características do movimento operário e, o que é muito importante, a conjuntura internacional da luta de classes. Não é difícil perceber que a conjuntura do imediato pós-guerra, marcado pelas traições do stalinismo em escala internacional, por algumas derrotas importantes do movimento revolucionário, e pela retomada de crescimento do capitalismo a nível internacional, pesou efetivamente para o fato de que o proletariado chinês se mantivesse passivo diante da ofensiva de Mao, sem tomar a iniciativa por uma ação histórica independente.

Mas a despeito dessas negações parciais, o núcleo da teoria de Trotsky permanece mais válida do que nunca. E a atualidade da teoria nos dias de hoje é mais do que clara. Veja-se o exemplo mais recente da grande crise na Indonésia para perceber que a teoria permanece essencial para a luta revolucionária mundial.
